

UNIDAS S.A.

6ª EMISSÃO DE NOTAS PROMISSÓRIAS

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores titulares das Notas Promissórias,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 6ª Emissão de Notas Promissórias da UNIDAS S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Cártula de emissão das Notas Promissórias.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos titulares das Notas Promissórias na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: UNIDAS S.A.
- CNPJ/MF: 04.437.534/0001-30
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
- Atividades: (i) a locação de veículos automotores e equipamentos e a prestação de serviços correlatos e derivados; (ii) a concessão de licenças para uso de sua marca de serviços de locação e do sistema operacional de locação; (iii) o uso, sob licença ou sublicenciamento, de marcas de serviços de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (iv) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (v) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (vi) a prestação de serviços de terceirização de frotas e seus correlatos e derivados, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e recursos humanos que os operam; (vii) a prestação de serviços gráficos; (viii) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte; e (ix) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

## Características da Emissão

- Emissão: 6ª
- Séries: 1ª; 2ª; 3ª; 4ª.
- Data de Emissão (de todas as séries): 19/05/2016
- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 19/11/2016; (ii) 2ª Série: 19/05/2017; (iii) 3ª Série: 19/11/2017; e (iv) 4ª Série: 19/05/2018.
- Custodiante/Banco Mandatário: Banco Safra S.A.
- Código Cetip/ISIN:
  - (i) 1ª Série: NC001600010/ BRUNIDNPM056;

(ii) 2ª Série: NC00160001P/ BRUNIDNPM064;

(iii) 3ª Série: NC00160001Q/ BRUNIDNPM072;

(iv) 4ª Série: NC00160001R/ BRUNIDNPM080.

- Coordenador Líder: Banco Safra S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados para liquidação de passivos financeiros da Emissora.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Notas Promissórias, sem garantias, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 30/05/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação de aumento do seu capital social.

Em AGE, realizada em 23/12/2016, foram aprovadas alterações do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) caput do artigo 15, de forma a estender o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) reformular capítulo IV e V, para adequar suas disposições ao aditamento ao acordo de acionistas da Companhia.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- Atividade Principal: 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- Liquidez Geral: de 0,58 em 2015 para 0,42 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 0,86 em 2015 para 0,55 em 2016;
- Liquidez Seca: de 0,65 em 2015 para 0,37 em 2016;
- Giro do Ativo: manteve-se em 0,59 de 2015 para 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 1,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou aumento de 16,5% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 23,5% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 0,5% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 5,9% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Emissora, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Emissora.

4. Posição da distribuição ou colocação das notas promissórias no mercado:

(Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de todas as séries): R\$ 2.000.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL (de todas as séries): não aplicável
- REMUNERAÇÃO (de todas as séries): 100% do DI + 3,40% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR NOTA PROMISSÓRIA (2016):

→ 1ª Série:

Amortização:

19/11/2016 – R\$ 2.000.000,00000000 (vencimento)

Juros:

19/11/2016 – R\$ 173.701,19000000

→ 2ª a 4ª Séries: não houve pagamentos no período.

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

- 1ª Série:

- Quantidade em circulação: 0

- Quantidade em tesouraria: 0

- Quantidade total emitida: 01

- 2ª Série:

- Quantidade em circulação: 01

- Quantidade em tesouraria: 0

- Quantidade total emitida: 01

- 3ª Série:

- Quantidade em circulação: 01

- Quantidade em tesouraria: 0

- Quantidade total emitida: 01

- 4ª Série:

- Quantidade em circulação: 12

- Quantidade em tesouraria: 0

- Quantidade total emitida: 12

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das notas promissórias realizadas no período, bem como aquisições e vendas de notas promissórias efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das notas promissórias realizados no período: conforme item 4 acima;

- Aquisições e vendas das notas promissórias efetuadas pela Emissora: não houve.
- 6. Constituição e aplicações de fundo de amortização das notas promissórias, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

- 7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das notas promissórias, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão foram utilizados conforme previsto nas respectivas Cártulas.

- 8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

- 9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nas Cártulas de emissão das notas promissórias: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Notas Promissórias, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item XXII, da Cláusula “Vencimento Antecipado” da Cártula.

Item	#	CONDIÇÃO CONTRATUAL	ÍNDICE	
			RESTRIÇÃO	Unidas
1.	Pag. 31 (xx) Item a	(i) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a 3,5 até a data de vencimento.	3,50	2,40
2.	Pag. 31 (xx) Item b	O índice obtido da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro deverá ser superior a 1,5.	1,50	2,38
3.	Pag. 31 (xvi)	Não pode haver redução de 30% da receita operacional entre o período de 12 (doze) meses anteriores a 31 de março de 2016 comparada ao encerramento de cada trimestre.	-30%	5%

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Cártula de emissão das notas promissórias.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das notas promissórias: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As Notas Promissórias da presente emissão não contam com quaisquer garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono atua como Agente Fiduciário na 5ª e 6ª Emissão de Debêntures da UNIDAS S.A..

Desta forma, informamos que o(s) respectivo(s) relatório(s) encontra(m)-se disponível(is) no site: <http://www.pentagonotrustee.com.br/>

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15/12/1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de notas promissórias da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**



## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

**Anexo 1**
**Balancos patrimoniais  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	38.375	98.881	36.988	100.200
Aplicações financeiras (Nota 11)	35.594	43.921	35.594	43.921
Instrumentos financeiros - <i>swap</i> (Nota 22)	-	11.149	-	11.149
Contas a receber (Nota 12)	118.016	119.205	217.449	229.226
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 13)	13.140	12.788	13.469	13.590
Despesas antecipadas (Nota 14)	3.816	3.632	3.947	3.635
Créditos com partes relacionadas (Nota 15)	123.787	135.611	11.402	-
Veículos destinados a venda (Nota 17)	152.814	132.595	153.209	134.705
Outros créditos	4.213	4.255	4.899	4.866
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>489.755</b>	<b>562.017</b>	<b>476.957</b>	<b>541.292</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Instrumentos financeiros - <i>swap</i> (Nota 22)	-	1.098	-	1.098
Contas a receber (Nota 12)	17.981	19.074	18.917	20.297
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 13)	2.076	2.076	3.024	3.024
Impostos diferidos (Nota 25)	53.111	60.679	65.846	73.458
Depósitos judiciais (Nota 26)	25.345	24.990	26.246	25.867
Outros créditos	220	4.729	230	4.739
Investimentos (Nota 16)	49.745	42.586	-	-
Imobilizado (Nota 18)	1.492.146	1.140.292	1.506.241	1.155.231
Intangíveis (Nota 19)	73.649	77.353	73.745	77.451
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.714.273</b>	<b>1.372.877</b>	<b>1.694.249</b>	<b>1.360.985</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.204.028</b>	<b>1.934.894</b>	<b>2.171.206</b>	<b>1.902.257</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores (Nota 20)	97.477	80.303	102.858	89.117
Securitização de contas a pagar (Nota 21)	215.925	73.417	215.925	73.417
Empréstimos (Nota 22)	138.452	88.998	138.452	88.998
Debêntures e notas promissórias (Nota 23)	281.706	326.337	281.706	326.337
Instrumentos financeiros – swap (Nota 22)	43.073	-	43.073	-
Arrendamento mercantil financeiro (Nota 24)	18.344	-	18.344	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	214	193
Tributos a recolher	251	1.114	1.769	1.880
Salários e encargos a pagar	3.679	3.304	8.142	7.236
Juros sobre capital próprio propostos (Nota 27f)	23.865	18.484	23.865	18.484
Débitos com partes relacionadas (Nota 15)	47.723	46.159	2.880	-
Adiantamentos de clientes	8.633	9.052	9.160	9.052
Provisão para perda com investimento (Nota 16)	8.293	8.019	-	-
Outras contas a pagar e provisões	12.805	6.340	18.087	11.480
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>900.226</b>	<b>661.527</b>	<b>864.475</b>	<b>626.194</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos (Nota 22)	-	102.336	-	102.336
Debêntures e notas promissórias (Nota 23)	490.518	400.162	490.518	400.162
Arrendamento mercantil financeiro (Nota 24)	12.915	-	12.915	-
Provisão para riscos e discussões judiciais (Nota 26)	23.687	22.240	26.616	24.936
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>527.120</b>	<b>524.738</b>	<b>530.049</b>	<b>527.434</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social (Nota 27a)	750.525	744.025	750.525	744.025
Reserva de capital - opções (Nota 28)	4.250	3.566	4.250	3.566
Reserva de legal (Nota 27d)	3.382	1.038	3.382	1.038
Reserva de lucros (Nota 27g)	18.525	-	18.525	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>776.682</b>	<b>748.629</b>	<b>776.682</b>	<b>748.629</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>2.204.028</b>	<b>1.934.894</b>	<b>2.171.206</b>	<b>1.902.257</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 2

### Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida (Nota 28)	1.060.596	959.375	1.278.609	1.125.455
Custos dos aluguéis e alienação para renovação de veículos da frota (Nota 30)	(753.610)	(683.087)	(894.672)	(811.508)
<b>Lucro bruto</b>	<b>306.986</b>	<b>276.288</b>	<b>383.937</b>	<b>313.947</b>
Comerciais (Nota 31)	(36.157)	(27.564)	(73.105)	(54.846)
Gerais e administrativas (Nota 32)	(59.360)	(51.480)	(83.943)	(75.818)
Honorários da administração (Nota 15)	(5.748)	(5.374)	(6.156)	(5.890)
Equivalência patrimonial (Nota 18)	6.886	(11.343)	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.080)	(1.294)	(3.549)	(2.015)
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>211.527</b>	<b>179.233</b>	<b>217.184</b>	<b>175.378</b>
Despesas financeiras (Nota 33)	(263.190)	(235.790)	(267.711)	(239.625)
Receitas financeiras (Nota 34)	106.100	117.951	108.062	119.375
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(157.090)</b>	<b>(117.839)</b>	<b>(159.649)</b>	<b>(120.250)</b>
<b>Lucro antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>54.437</b>	<b>61.394</b>	<b>57.535</b>	<b>55.128</b>
Imposto corrente (Nota 25)	-	(819)	(3.054)	(1.647)
Imposto diferido (Nota 25)	(7.568)	(17.828)	(7.612)	(10.734)
<b>Impostos sobre os lucros</b>	<b>(7.568)</b>	<b>(18.647)</b>	<b>(10.666)</b>	<b>(12.381)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>46.869</b>	<b>42.747</b>	<b>46.869</b>	<b>42.747</b>
Resultado por ação – básico (em R\$) (Nota 27e)	0,86	0,79	0,86	0,79
Resultado por ação – diluído (em R\$) (Nota 27e)	0,83	0,78	0,83	0,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 3

### **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Unidas S.A.  
São Paulo - SP

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unidas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

***Vida útil econômica e estimativa do valor residual de veículos - Controladora e Consolidado***

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui na rubrica de imobilizado, no ativo não circulante, individual e consolidado, os montantes de R\$ 1.420.936 mil e R\$ 1.420.962 mil, respectivamente, relacionados a veículos destinados à locação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a sua vida útil econômica, base para o cálculo dos encargos de depreciação. Adicionalmente, a Companhia utiliza premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Em função da relevância das estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho e da implementação dos controles-chave internos para a determinação das estimativas relacionadas à vida útil econômica e do valor residual dos veículos destinados à locação.
- Avaliação dos julgamentos exercidos pela Companhia e consideração das premissas feitas para determinar a adequação do uso da vida útil econômica estimada dos veículos destinados à locação e do valor residual esperado destes, tais como data estimada e valor esperado de venda.
- Consideração da adequação dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício por meio do recálculo e do valor residual atribuído ao ativo.
- Avaliação da adequação do nível de divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

***Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos – Controladora e Consolidado***

Conforme Nota Explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos, no ativo não circulante, individual e consolidado, os montantes de R\$ 53.111 mil e R\$ 65.846 mil, respectivamente, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, considerados recuperáveis com base em projeção de geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho e da implementação dos controles-chave internos relacionados à determinação das estimativas e dos cálculos relacionados aos impostos diferidos ativos.
- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo expectativa de crescimento e inflação.
- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, sobre se a base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos era apropriada, tendo como referência a legislação tributária vigente.
- Avaliação ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados, bem como a adequação do nível de divulgações apresentadas nas notas explicativas.

***Avaliação do valor recuperável de ágio sobre combinação de negócios - Controladora e Consolidado***

Conforme Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia possui na rubrica de ágio, no intangível, individual e consolidado, os montantes de R\$ 48.841 mil e R\$ 48.843 mil, respectivamente, decorrentes de aquisições de investimentos cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de lucros futuros. A avaliação quanto à recuperabilidade do ágio incorpora premissas e julgamentos significativos em relação ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros. A Companhia avalia anualmente a probabilidade da ocorrência desses lucros futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços futuros, custos operacionais e taxa de desconto. Alterações nas premissas utilizadas poderão afetar de forma significativa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Obtenção do entendimento sobre os controles-chave internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas-base para a elaboração dos estudos de imparidade.
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ágio por meio do fluxo de caixa descontado ou, quando apropriado, pelo valor justo deduzido das respectivas despesas de venda, dos dois o maior, bem como avaliação da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas.
- Comparação das premissas da Companhia com os dados obtidos externamente como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como avaliação da análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados.

- Análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos nos estudos e das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

***Reconhecimento da receita para venda de veículos seminovos - Controladora e Consolidado***

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui na rubrica de receita líquida, individual e consolidado, os montantes de R\$ 592.650 e R\$ 595.235 mil, respectivamente, decorrentes do segmento de seminovos, cujo reconhecimento requer um controle minucioso para identificar o momento em que a Companhia transferiu integralmente ao cliente todos os riscos e benefícios e não mantenha envolvimento na gestão do ativo. Devido à relevância desta receita, à necessidade de controles auxiliares para determinar os valores a ser reconhecidos e ao julgamento envolvido na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte, os quais podem afetar o montante reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, desenho e implementação dos controles-chave internos relacionados ao processo de vendas.
- Em base amostral, testamos se os critérios para reconhecimento contábil foram atendidos e realizamos testes documentais sobre a existência e a contabilização das receitas no período adequado, analisando para os últimos dias do mês dezembro de 2016, período crítico que pode impactar uma receita reconhecida indevidamente, caso os riscos e benefícios não tenham sido transferidos aos clientes até 31 de dezembro de 2016.
- Avaliamos os cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2017, referentes às vendas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios.
- Adicionalmente, efetuamos testes analíticos de variações das receitas para identificar tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento dessas receitas e realizamos testes de lançamentos manuais a fim de avaliar se as receitas foram adequadamente reconhecidas.
- Também consideramos a adequação das divulgações apresentadas nas Notas Explicativas nºs 29 e 38 e das políticas contábeis da Companhia.

***Capital circulante líquido negativo - Controladora e Consolidado***

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos montantes de R\$ 410.471 mil e R\$ 387.518 mil, respectivamente, sobretudo em virtude das captações de empréstimos, debêntures e notas promissórias, arrendamentos, contas a pagar a montadoras de veículos e operações de securitização de contas a pagar para viabilizar o investimento significativo feito para compra de veículos visando ao crescimento de suas operações. Com o objetivo de avaliar a capacidade em honrar suas dívidas nos próximos 12 meses, a Companhia considerou o plano de contratação de novas operações de empréstimos e financiamentos e/ou renegociação de dívidas para 2017, o retorno a ser obtido com os



contratos firmados de terceirização de frota, bem como elaborou análises que consideraram as projeções de lucros operacionais e fluxos de caixa futuros para os próximos 12 meses. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas-base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxos de caixa, e do impacto que qualquer mudança nessas premissas teria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, e a habilidade que a Companhia possui de saldar suas obrigações de curto prazo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas para as projeções de lucros operacionais e fluxos de caixa futuros preparadas pela Companhia, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, e considerando resultados realizados, dados externos e condições do mercado, com o objetivo de avaliar a capacidade da Companhia em saldar suas obrigações de curto prazo.
- Envio de cartas de confirmação de saldos em 31 de dezembro de 2016 para 100% das instituições financeiras com as quais a Companhia manteve transações de dívida e/ou operações de securitização de contas a pagar durante o exercício de 2016.
- Verificamos as dívidas contratadas pela Companhia durante o ano de 2016 e as captações efetuadas em 2017, divulgadas como eventos subsequentes às demonstrações financeiras.
- Verificamos os contratos firmados em terceirização de frota que estão vigentes em 31 de dezembro de 2016 e que resultarão em recebíveis nos próximos 12 meses.
- Avaliamos o cumprimento das cláusulas restritivas (covenants) dos contratos de empréstimos, debêntures e notas promissórias que poderiam resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.
- Avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

#### **Outros assuntos**

##### ***Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor****Relatório da Administração**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães  
Contador CRC RJ-092095/O-8